PARA ANÁLISE EM SEGUNDA INSTÂNCIA. 1. É nula a decisão singular que deixou de analisar as alegações relevantes apresentadas na impugnação inicial, ao ter se fundado equivocadamente e exclusivamente em questão prejudicial, vindo então a prejudicar o direito ao duplo grau de jurisdição e por faltar a reunião de condições necessárias para que o processo seja analisado perante o TARF/PA. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade da decisão singular. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/09/2020. ACÓRDÃO N. 7556 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18075 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 252019730000750-9). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO NÃO CONFIGURADA. 1. Deve ser declarada a improcedência do Ato de Exclusão do Simples Nacional, quando constatado nos autos que o contribuinte não incorreu nas hipóteses de vedação e de exclusão previstas em lei. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/09/2020. ACÓRDÃO N. 7555 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17485 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 032016510010878-5). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. ENTREGAR MERCADORIA DESACOMPANHADA DE DOCUMENTO FISCAL HÁBIL. 1. O recurso de ofício submete ao TARF apenas o julgamento da matéria analisada pelo julgador singular. 2. Deve ser rejeitada a arguição do julgamento singular acerca da existência de erro de tipificação ou de descrição, quando a descrição da ocorrência permitir identificar a matéria tributável e a pessoa do infrator. 3. Recurso conhecido para rejeitar os fundamentos da decisão singular e determinar a apreciação do mérito. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/09/2020. ACÓRDÃO N. 7554 – 1ª CPJ. RECURSO N. 11583 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092014510000612-2). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: PRELIMINAR DE NULIDADE - DECISÃO SINGULAR COM FUNDAMENTO GENÉRICO. 1. É nula a decisão singular que deixa de analisar alegação relevante apresentada na impugnação inicial. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade da decisão singular. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 09/09/2020. ACÓRDÃO N. 7553 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18097 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 252019730000749-5). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. 1. Não poderá recolher os tributos pelo Simples Nacional a pessoa jurídica de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que a receita bruta global ultrapasse um dos limites máximos previstos na referida lei. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/09/2020. ACÓRDÃO N. 7552 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18095 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 252019730000748-7). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. 1. Não poderá recolher os tributos pelo Simples Nacional a pessoa jurídica de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que a receita bruta global ultrapasse um dos limites máximos previstos na referida lei. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 02/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 02/09/2020. ACÓRDÃO N. 7551 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17997 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510005850-3). CONSELHEIRO RELATOR: ALBERTO AUGUSTO VELHO VILHENA JUNIOR. EMENTA: ITCD. AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Deve ser mantida a decisão singular que decretou a improcedência do AINF para afastar a cobrança sobre débito do ITCD, relativo a bens localizados em outra unidade da Federação. 2. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão de primeira instância. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2020. ACÓRDÃO N. 7550 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17995 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510005851-1). CONSELHEIRO RELATOR: ALBERTO AUGUSTO VELHO VILHENA JUNIOR. EMENTA: ITCD. AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Deve ser mantida a decisão singular que decretou a improcedência do AINF para afastar a cobrança sobre débito do ITCD, relativo a bens localizados em outra unidade da Federação. 2. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão de primeira instância. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2020. ACÓRDÃO N. 7549 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17989 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 042016510003585-4). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO ESPECIAL. IMPROCEDÊNCIA. 1. Deve ser mantida a decisão singular que declarou a improcedência do auto de infração, tendo em vista que o regime de antecipação especial do imposto não se aplica aos contribuintes optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2020. ACÓRDÃO N. 7548 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17529 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 342017510000233-1). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO ESPECIAL. ATIVO NÃO REGULAR. 1. A situação cadastral de "ativo não regular" impõe o recolhimento antecipado de débito do ICMS, na forma da Instrução Normativa n. 13/2005. 2. Deixar de recolher ICMS antecipado especial relativo a operação com mercadoria para fins de comercialização, oriunda de outra unidade da Federação, no momento de seu ingresso em território paraense, na condição de ativo não regular, constitui infração e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do recolhimento

do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2020. ACÓRDÃO N. 7547 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17525 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 082016510001217-4). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO FISCAL. 1. Deixar de recolher imposto em decorrência de utilização de crédito indevido destacado em documento fiscal que não corresponde a uma efetiva operação de circulação de mercadorias configura infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independente do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2020. ACÓRDÃO N. 7546 – 1ª CPJ. RECURSO N. 15887 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 172013510000099-8). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS - AUSÊNCIA DE PROVAS DA INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA. 1. Deve ser julgado nulo o lançamento tributário quando constatada a falta de provas da infração fiscal cometida. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade do AINF. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2020. ACÓRDÃO N. 7545 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17939 – VOLUNTÁRIO – (PROCESSO/AINF N. 012017510000911-6). CONSELHEIRO RELATOR: FÁBIO ROBERTO DA SILVA VIEIRA. EMENTA: ICMS. AUTO DE INFRAÇÃO. 1. A entrega, fora do prazo, de informações econômico-fiscais - DIEF do tipo normal - configura infração à legislação tributária sujeita à penalidade legalmente prevista. 2. Deve ser afastada a exigência da DIEF cuja entrega fora do prazo não restou demonstrada. 3. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2020. ACÓRDÃO N. 7544 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18015 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 352017510006016-5). ACÓRDÃO N. 7543 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18013 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 352017510006004-1). ACÓRDÃO N. 7542 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18011 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 352017510007350-0). ACÓRDÃO N. 7541 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18009 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 352017510007356-9). ACÓRDÃO N. 7540 – 1ª CPJ. RECURSO N. 18007 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 352017510006009-2). CONSELHEIRO RELATOR: FÁBIO ROBERTO DA SILVA VIEIRA. EMENTA: ICMS. AUTO DE INFRAÇÃO. 1. A situação cadastral de ativo não regular importa no recolhimento antecipado de débitos do ICMS, na forma da Instrução Normativa n. 13/2005. 2. Não cabe apreciação de inconstitucionalidade ou validade da legislação tributária, em sede de julgamento de instância administrativa, por força do art. 26, inciso III, da Lei Estadual n. 6.182/1998. 3. Cerceamento de defesa somente se caracteriza quando ficar comprovado que o contribuinte foi prejudicado no seu direito de defesa. 4. Deixar de recolher ICMS, de forma antecipada em virtude da situação fiscal de ativo não regular, relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso, consumo ou à integração ao ativo permanente do destinatário, constitui infração tributária sujeita à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 31/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 31/08/2020.

Protocolo: 582107

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo Nº: 01
Contrato Nº: 076/2019

Objeto do Contrato: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de manutenção predial e realização de mudanças de layout – engenharia civil (mão de obra e material) nas unidades do BANPARA, localizadas na capital e região metropolitana, em regime de empreitada por preço unitário.

Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico Nº 007/2019

Data de Assinatura do Aditivo: 17.09.2020

Vigência do Aditivo: 23.09.2020 a 22.09.2021

Objeto do Aditivo: Prorrogação de Vigência

Fundamento Legal do Aditivo: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Valor Total Estimado do Aditivo: R\$- 2.915.271,56 (dois milhões, novecentos e quinze mil, duzentos e setenta e um reais, cinquenta e seis centavos)

Contratado: SANEAR BRASIL CONSTRUÇÕES EIRELI

Endereço: Avenida Governador Magalhães Barata, 651-Edifício Belém Office, Sala 509

Bairro São Brás

CEP: 66060-281 Belém / Pará

Telefone: (91) 3347-3932

Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 582028